



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004005-77.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento**  
 Requerente: **João Luiz Di Lorenzo Thomaz**  
 Requerido: **Priscila Aparecida Monteiro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor João Luiz Di Lorenzo Thomaz propôs a presente ação contra a ré Priscila Aparecida Monteiro, requerendo seja declarada rescindida a relação locatícia com o decreto de despejo da ré, bem como sua condenação no pagamento dos aluguéis e demais encargos, vencidos e vincendos até a efetiva desocupação.

A liminar foi indeferida às folhas 15.

Manifestação do autor às folhas 16/17.

Decisão de folhas 18 deferiu a liminar, diante do depósito realizado a título de caução.

A ré foi citada pessoalmente às folhas 25, contudo, não ofereceu resposta (folhas 26), tornando-se revel.

Em manifestação de folhas 26 o autor informa que a ré desocupou o imóvel e entregou as chaves em 18/06/2015, todavia, sem adimplir os débitos.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A ré foi citada pessoalmente às folhas 25, contudo, não ofereceu resposta, presumindo-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, nos termos do artigo 319 do Código de Processo Civil.

Todavia, o autor informou que a ré desocupou o imóvel, razão pela qual o pedido de despejo perdeu seu objeto.

Assim, de rigor a procedência dos pedidos de rescisão contratual e de condenação da ré no pagamento dos aluguéis e demais encargos vencidos e vincendos até a data da desocupação.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar rescindido o contrato de locação firmado entre as partes, por falta de pagamento, bem como para condenar a ré a pagar ao autor os aluguéis e demais encargos locatícios descritos no demonstrativo de folhas 02, devidos até a efetiva desocupação do imóvel, atualizados a partir do demonstrativo de folhas 02 e acrescidos de juros de mora devidos a partir da citação.

Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir da preclusão desta, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Expeça-se guia de levantamento do valor depositado às folhas 22, a título de caução, em favor do autor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 22 de julho de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**